

# FHC fala sobre desenvolvimento sustentável

ESTADO DE SÃO PAULO

É a seguinte a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na audiência com os membros do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Meus amigos aqui presentes, senhor vice-presidente, Marco Maciel, ministros de Estado que aqui se encontram, deputado Inocêncio de Oliveira, dr. Félix Bulhões, senhores empresários, senhoras e senhores,

Há pouco, antes de o dr. Félix começar a ler o seu discurso, ele brincava comigo que ele fazia um improviso lido. E eu disse que eu não aprendi nunca a ler, eu leio muito mal. Então essa é a razão pela qual eu, geralmente, improviso, mesmo quando esteja escrito aqui. É melhor no improviso. Eu leio, antes, o que tenho que dizer. Mas vê-se quais eram as vantagens de não improvisar. A exposição do dr. Félix foi uma exposição muito completa e, realmente, profunda. E mostra o quanto nos caminhamos nesta matéria de desenvolvimento sustentável.

Enquanto ele falava, eu procurava me recordar as nossas posições antigas, dos anos 70. Eu já disse isso em mais de uma oportunidade. Naquele tempo, numa conferência em Estocolmo, nossa posição foi indefensável. Era uma posição que dava a impressão de que quanto mais se poluisse, melhor seria. Bendita poluição. Porque se imaginava, então, que a poluição era a expressão da industrialização, do progresso, do desenvolvimento. Custou muito tempo para que nós revíssemos as nossas posições nacionais.

Nessa época, nos anos 70, eu fui, muitas vezes, à Suécia, a uma Fundação chamada (...), em Upsala. E lá se discutiam justamente novas formas de desenvolvimento. Havia, notadamente, um norueguês chamado Johan Galtung que estava propondo uma série de modificações a respeito do conceito de desenvolvimento, e o professor Inácio Sax, que continua colaborando conosco. E até, recentemente, esteve no Brasil. E nós escrevemos alguns trabalhos numa revista sueca chamada "Development in Dialogue" - o Diálogo do Desenvolvimento. E lá nós começamos a tentar criar conceitos novos. Não

havia, ainda, a idéia de sustentabilidade. O Sax a idéia de eco-desenvolvimento. E me recordo de algumas reuniões mais tarde, no Canadá, ainda nos 70, começo dos anos 80, em que se tateava muito a respeito de como fazer a fusão entre a questão necessária ao desenvolvimento econômico e o respeito aos limites da natureza.

Foi a época do Clube de Roma, que tinha uma visão bastante clara e um pouco exagerada sobre a, digamos, finitude dos recursos naturais - que é verdadeiro - em muitos aspectos. Houve a proposta do "zero" (...) - crescimento zero - que era inaceitável, porque, certamente, os países que estão ainda em fase de expansão precisavam de desenvolvimento. Mas, enfim, da fusão. Dentro dessas idéias, algumas um pouco radicais: o desenvolvimento é contrário a natureza. Há outra, também radical, de que bendita poluição, acabou por chegar a um entendimento muito mais construtivo, que é esse que hoje, digamos, prima por ser a marca dos países, das sociedades que têm consciência dos processos ambientais e na necessidade a compatibilização entre o desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente.

Essas idéias, essa idéia, sobretudo do conselho empresarial mundial, o dr. Eliezer Batista me trouxe uma vez o dr. Schmidt Haimer, com quem conversamos em mais de uma oportunidade e foi-se, pelo menos do meu ponto de vista, fui verificando o quanto o próprio setor produtivo internacional tinha se conscientizado a respeito da questão do desenvolvimento.

E hoje nós temos aqui esse resultado, que é um resultado concreto, quer dizer, hoje já se tem setores significativos. Aqui está, nas palavras do dr. Bulhões, uma boa parte do PIB brasileiro que, certamente, não compartilha essa idéia de não lucro. Mas que compartilha e idéia de que o lucro não pode ser selvagem. E que o lucro que não tenha como objetivo, também. A sustentabilidade, não vai se manter nem como lucro, nem como nada; nem como base civilizatória. Então, o avanço é imenso.

Eu não tive ainda, naturalmente, oportunidade de sequer passar os olhos nesse documen-

to, mas sei dos avanços havidos e creio que isso é, digamos, um sinal muito claro de que aqui, no Brasil, existe essa nova concepção. E ele se está manifestando em vários aspectos: Aqui foi mencionado o encontro de Kyoto, recentemente. Que foi um encontro importante. E foi importante, porque, primeiro a idéia, que nós propusemos no Brasil, de que é preciso haver um fundo de compensação e um fundo para sustentar o desenvolvimento, como princípio de que o poluidor paga. E uma idéia que avança.

Acho que houve avanço de outra natureza também. Quando o presidente Clinton esteve aqui, no Brasil, nessa sala, ao lado, nós dois sozinho, nós conversamos bastante sobre essa matéria. O presidente Clinton tem uma visão bastante aberta sobre o que é importante fazer-se para avançar, em matéria de desenvolvimento sustentável. E tem limitações, de ordem interna, de ordem política etc.

Mais recentemente, na Inglaterra, eu voltei a conversar com o primeiro-ministro Tony Blair, sobre essa mesma questão. Sobre a questão de como fazer, de que forma chega-se a um compromisso, que não venha a ser um compromisso em que os poluidores continuam a poluir e os que não tiveram desenvolvimento, esses sim, paguem duplamente.

Bom, mais ainda, recentemente, conversei também longamente, pelo telefone, com o presidente Clinton, durante a reunião de Kyoto, a respeito das posições brasileiras, americanas e tal. Houve algum progresso nessa matéria. Graças não só a posição do Brasil, mas graças, também, a compreensão da liderança, pelo menos, dos Estados Unidos, e de que é necessário buscar-se algum compromisso que seja autêntico, ou seja, que realmente os poluidores paguem.

Mas, também, acho que correspondem ao nosso lado. Nós, que não somos os maiores poluidores, e não nos transformaram em poluidores. Eu acho que, independentemente de nós termos ou não subscrito o artigo 10, que foi uma polêmica lá, e que a nossa posição foi muito clara, porque nós não queríamos dar margem a que houvesse alguma imposição ou desa-

gregação, de uma visão da necessidade do desenvolvimento, o Brasil tem uma posição de que ele também considera que os países que estão em desenvolvimento tenham que assumir alguma responsabilidade. Nós não somos poluidores. Há outros que são. Estão em processo de desenvolvimento, e não avançaram na consciência ambiental da mesma forma que nós. Então, eu acho que aí é a base para que se avance. Eu acho que a definição, por parte dos países desenvolvidos, de alguns gold (?) de alguns metas, num prazo definido, por menor que seja essa meta; é um avanço. E, sem que nós estejamos comprometidos formalmente a metas, nós temos que ter (...) nosso objetivo, de também não firmemos disto aqui um território devastado pela poluição.

E, devo dizer também — embora não tenha discutido isso internamente no governo —, que acho que alguns países em desenvolvimento estão poluindo demais. Nós somos nós aqui, na América Latina. Estão, basicamente, na Ásia. Mas eles tem que assumir responsabilidade também. O fato de estarem em desenvolvimento não é escusa para não ter um compromisso para com o problema geral do meio ambiente.

Então, acho que estão sentadas as bases para um diálogo mais construtivo em nível internacional. Com esse princípio de que o poluidor paga, mas também com o outro princípio de que ninguém tem o direito de ser poluidor. Embora não sejamos historicamente responsáveis pela poluição que existe, porque nós não somos mesmo. Quando se verifica os níveis de, por exemplo, na questão do efeito estufa, claramente se vê que a responsabilidade dos países, como o Brasil, é mínima, diante da responsabilidade dos países industrializados.

Mas acho que, com essa atitude, que é uma atitude de comprometimento com a tese das sustentabilidade, é que nós podemos avançar, cobrando, inclusive, com mais energia e mais base moral, porque é um componente desse processo, uma atitude responsável por parte dos países industrializados. Acho que o trabalho, nesse sentido, que está feito pelos senho-

res, vai nos permitir avanços consideráveis nessa matéria.

Finalmente, o doutor Felix Bulhões mencionou, também, um ponto que eu acho que é muito importante. E que o que está por trás dessas transformações todas é também uma transformação na nossa própria percepção do que é Estado e do que é sociedade civil. Aqui nós estamos definindo uma outra instância, que é o público. Não é nem estatal, nem é sociedade civil, no sentido de irresponsável, frente as responsabilidades coletivas.

Crescentemente o mundo de hoje é um mundo em que organizações, que não são estatais, assumem responsabilidades coletivas, públicas. Isso não pode ser visto apenas no âmbito interno dos países, como já está ocorrendo, e aqui é um exemplo, desse próprio conselho. O chamado terceiro setor; que é crescente no mundo moderno. Mas, é dessa maneira que nós podemos pensar no futuro, próximo milênio, certamente; não é uma coisa de imediato, na reconstrução da ordem internacional. Essa reconstrução da ordem internacional não pode ser o encolhimento do Estado Nacional, em favor de um super-Estado. Isso não vai ser aceitável. Até porque por trás desse super-Estado estará uma nação. Isso não é aceitável. É uma hegemonia disfarçada como se fosse em nome da globalidade, em nome da humanidade.

O conceito que vai permitir um avanço grande nas relações internacionais e a redefinição de todos os Estados, não só dos Estados em desenvolvimento, mas de todos os Estados; e o do público. E o dessas organizações. E os senhores são parte disso. São parte disso e estão até ligadas a organização mundial, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável que, de alguma maneira, nós estamos assistindo, aqui, a antecipação do próximo milênio. E que só terá viabilidade se for, por um lado, a partir deste enfoque e, por outro lado, que tenha os outros dois componentes que, para sorte minha que fico aqui copiando o que os outros disseram, já foi dito pelo Dr. Bulhões. Ou seja, a coesão social, a idéia de alguma forma de solidariedade; alguma forma de compromisso que vai

além do crescimento econômico, mas que diz respeito ao bem-estar, com a forma de compromisso e que tenha uma base moral, que tenha uma base ética que permita, realmente, uma nova utopia. Aqueles que acreditam que o mundo, hoje, é um mundo que está vivendo o fim das ideologias e das utopias estão enganados. Nós estamos é criando uma nova utopia.

Essa nova utopia parte dessas novas bases e tem força mobilizadora. Os que viviam a luz das antigas utopias é que se sentem desamparados, tanto os que pensam que laissez-faire é o que prevalece, com os que pensam que um Estado coletivo é o que eava prevalecer. Essas duas posições, hoje, são velhas. Mas o fato de termos uma nova posição não significa que não tenhamos posição, nem significa que essa nova posição decorre só das forças de mercado, só das forças de produção. Não. Ela decorre de uma visão que tem, naturalmente, como sujeito, se é possível dizer isso outra vez na História, a humanidade. Daí essa questão do meio ambiente, daí essa questão de transcender até certas fronteiras tanto de estruturas de sociedade classes, quanto nacionais, porque tem como sujeito uma preocupação que diz respeito a humanidade.

Por isso que, há tanto tempo, eu venho falando que nós estamos vivendo um novo Renascimento, um novo Humanismo. Muita gente pensa que são palavras. No meu modo de ver não são só palavras. É verdade, nós estamos assistindo a um Renascimento. Ao invés da idéia do homem e do indivíduo, mais tarde do indivíduo situado nacionalmente, ou mais tarde ainda, situado na classe, hoje, pela primeira vez, é possível, por causa da globalização mas contraposta com essas idéias e com essas visões que são visões embasadas numa utopia, também numa ética, pensar nessa nova fase de convivência humana. Nós podemos generalizar o cidadão, quer dizer, é a humanidade mesma que pela primeira vez na História se torna — eu vou parar por aqui para não fazer muito pedantismo — uma espécie de uma nova, de um novo universal concreto a la Hegel. Ninguém vai entender.

Muito obrigado.